

Cidades

TERCEIRA PONTE

Projeto que acaba com pedágio é arquivado

Deputados estaduais não votaram proposta, que só poderá ser desarquivada no próximo ano. Cobrança volta no domingo

Daniel Figueredo

O projeto de lei que pedia o cancelamento do contrato de concessão da Terceira Ponte e da Rodovia do Sol com a Rodosol foi arquivado após o fim da sessão ordinária realizada ontem na Assembleia Legislativa.

O motivo do arquivamento foi o fato de o projeto não ter sido votado e a sessão realizada ontem ser a última deste ano. Assim, o projeto é arquivado de forma automática. Só o autor da proposta, o deputado Euclério Sampaio, pode pedir para que a discussão volte à pauta no próximo ano.

“Não aconteceu nada demais. Mais de 20 projetos ficaram sem votação. Na próxima sessão ordinária vou pedir o desarquivamento do projeto de lei e ele volta a ser discutido aqui na Assembleia”, minimizou Euclério ao fim da sessão.

Na última quinta-feira, uma decisão da desembargadora Eliana Junqueira Munhós Ferreira, da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES), determinou o retorno do pedágio na Terceira Ponte, que estava suspenso desde abril. A cobrança, segundo a Rodosol, deve começar no domingo.

A concessionária informou, por meio da assessoria de imprensa, que já está recontratando funcionários. O valor será de R\$ 0,80 para veículos de passeio. A Rodosol informou ainda que vai pedir o reajuste no próximo ano, relativo aos dois anos de tarifa congelada.

O governo do Estado, por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), afirmou que ainda não pediu reconsideração da decisão da volta do pedágio, apesar de o governador Renato Casagrande ter dito que recorrerá até ontem.

Questionado sobre quando o recurso seria protocolado, a PGE informou que será feito “o mais rápi-



CABINES DE PEDÁGIO DA TERCEIRA PONTE: funcionários estão sendo recontratados para volta da cobrança

do possível, assim que os estudos de jurisprudência e doutrina jurídica forem efetuados.”

Na decisão, a desembargadora cancelou resolução publicada em abril pela Arsi, após a divulgação

do relatório de auditoria do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES). O relatório aponta uma vantagem de R\$ 798 milhões para a Rodosol nos 14 anos de concessão.

Cerca de 30 manifestantes fo-

ram à Assembleia Legislativa no início da noite de ontem, mas muitos foram barrados, por usarem bermuda. Eles ficaram até o fim da sessão gritando palavras de ordem, mas não houve confusão.

SAIBA MAIS

Tarifa de R\$ 0,80 para carros de passeio

Pedágio na Terceira Ponte

> A RODOSOL prevê que a cobrança do pedágio volte no domingo. Os valores serão os mesmos da decisão judicial tomada em julho de 2013, que mantinha valores para manutenção da ponte, sem os lucros da concessionária, até que fosse finalizada a auditoria do Tribunal de Contas.

> OS FUNCIONÁRIOS já estão sendo recontratados e treinados para trabalhar nas praças de pedágio, segundo a concessionária.

> O VALOR para carros de passeio, por exemplo, será de R\$ 0,80.

Via Expressa

> A COBRANÇA na via expressa volta a ser feita no mesmo dia em que voltar o pedágio. Assim que o sistema for reativado, inicia-se o débito dos créditos para quem possui saldo. Quem não possui, deve procurar a Via Expressa para recarregar.

> ATÉ LÁ, quem possui TAG no veículo não terá o valor debitado, assim como já ocorre desde abril, quando o pedágio foi suspenso.

Trânsito

> PARA EVITAR RETENÇÕES, a Rodosol

informou que será mantida a Central Integrada de Monitoramento, que faz trabalho integrado entre Polícia Militar e guardas municipais de Vitória e Vila Velha para tentar conter os congestionamentos.

Serviços

> NÃO HAVERÁ ampliação dos serviços de guincho, ambulância e outros, segundo a Rodosol. A empresa alega que manteve os serviços durante o período de suspensão.

Fonte: Rodosol.

Tribunal de Contas vai ouvir governo e Rodosol

O conselheiro Carlos Ranna, do Tribunal de Contas do Espírito Santo (TC-ES), notificou a concessionária Rodosol e a Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária (Arsi) para se pronunciarem a respeito do pedido de suspensão total do contrato feito pelo Ministério Público de Contas (MPC) na última sexta-feira.

Tanto a Arsi quanto a Rodosol terão 15 dias para responder à notificação e, até lá, o pedido não será julgado pelo TC-ES. Porém, como o prazo processual do Tribunal de Contas está suspenso até o dia 20 de janeiro, a análise do pedido de liminar para suspensão vai ficar para depois do dia 4 de fevereiro.

O MPC pediu a suspensão do contrato com a concessionária. Segundo o entendimento do órgão, a forma como foi feita a suspensão da tarifa no mês de abril deste ano foi equivocada e um processo administrativo deveria ser novamente instaurado para suspender integralmente o contrato.

Em paralelo ao pedido de suspensão do contrato, na primeira quinzena de janeiro está prevista a divulgação da Instrução Técnica Conclusiva do processo de auditoria do contrato da Rodosol.

Após isso, o processo será encaminhado ao Ministério Público de Contas, que vai emitir um parecer sobre o caso. O parecer será encaminhado ao relator da matéria, Carlos Ranna, para que emita um voto e leve o processo a julgamento no plenário do TC-ES.



RANNA é relator do processo

ANTONIO COSME/AT

LEONE IGLESIAS - 15/04/2014